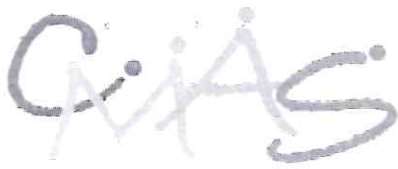


1 **SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 348 - Ata nº 348**

2 **Dia:** 12 de novembro de 2025. **Horário:** 08:15h **Local:** Casa dos Conselhos. **Conselheiros Presentes:** Rafaela
3 da Silva Perez – Procuradoria Geral do Município; Fábio Garzarella– Secretaria da Administração; Rosebel
4 da Silva Vargas Ferreira; Paulo Zulmar Panatta - Secretaria Municipal de Saúde; Paola Amélia Adami –
5 Secretaria de Assistência Social; José Amarildo Farias - Secretaria de Assistência Social; Fabiane Nunes -
6 Secretaria de Política para a Mulher; César Assis Arruda Gevaerd – Secretaria Municipal de Serviços
7 Públicos; Analeia Terezinha Levitte – Secretaria Municipal do Planejamento e Mobilidade Urbana; Karimi
8 Perpétua de Abreu Haidar – Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS; Edna Micheli Padilha
9 Antunes-APAE; Luís Carlos Pflieger-ALAM; Camila Chaves de Freitas - Cáritas Diocesana de Lages; Marciano
10 Luiz Corrêa – Instituto Paternidade Responsável; Luís Felipe Stancke - Fórum Municipal de Trabalhadores
11 do SUAS. Maria Auxiliadora Guedes – Fórum Municipal dos Usuários do SUAS. **Ouvintes:** Não houve
12 ouvintes. **Justificativa de Ausência:** Vanilda Antunes Correa – Associação Serrana dos Deficientes Físicos.
13 **Pauta:** Abertura; Aprovação da Pauta; Aprovação das Atas nº 347; Correspondências Expedidas e
14 Recebidas; Trabalho das Comissões; Editais para OSC's para a execução do SCFV; Agenda Livre.
15 **Desenvolvimento do Trabalho:** Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, com início
16 às oito horas e quinze minutos, de forma presencial, realizou-se a reunião plenária ordinária do mês de
17 novembro, do Conselho Municipal de Assistência Social, com a presença dos(as) conselheiros(as). O
18 presidente fez a Abertura da reunião agradecendo a presença dos(as) conselheiros(as), e procedeu à
19 leitura da pauta do dia. Não havendo solicitações de inclusão ou alteração, a pauta foi aprovada por
20 unanimidade. Em seguida, passou-se à apreciação da Ata nº 347, referente à plenária do mês anterior.
21 Foi registrado agradecimento aos conselheiros que realizaram a leitura prévia, e de modo a atender a
22 todos, a secretária executiva fez leitura da Ata na íntegra, em Plenária. Após apontamentos de correções
23 formais, especialmente quanto a repetições de trechos, a ata foi aprovada por unanimidade. Durante a
24 leitura da Ata, a Conselheira Vanilda, enviou mensagem para a secretaria executiva, informando que o
25 motorista não havia ido busca-la. O Presidente do CMAS solicitou informação e providências, ao
26 coordenador de transportes, que enviou carro adaptado para busca-las, porém informou o endereço da
27 outra Conselheira PCD. Diante do tempo que já havia transcorrido e das falhas na organização e
28 comunicação, a Conselheira Vânia, não participou da Plenária. A secretária executiva, aproveitou o
29 momento oportuno para relatar a realização de reunião da Casa dos Conselhos, com a coordenação do
30 setor de transporte, ocorrida na semana anterior, com o objetivo de tratar das dificuldades recorrentes
31 relacionadas à disponibilização de veículos para atender às demandas do Conselho. Destacou-se que as
32 atividades do Conselho e da Secretaria Executiva constituem serviço essencial, uma vez que parte
33 significativa das decisões da política de assistência social ocorre no âmbito colegiado. Foi informado que
34 o cronograma anual dos conselhos é elaborado no início do ano, sendo que, via de regra, as solicitações
35 de transporte são realizadas com antecedência. Apontaram-se, por parte do setor de transporte,
36 dificuldades relacionadas à insuficiência de profissionais, especialmente motoristas habilitados para
37 condução de veículos maiores e adaptados. Apesar das dificuldades apresentadas, foi registrado que a
38 agenda do dia havia sido confirmada previamente e que a situação pontual envolvendo comunicação com
39 motorista foi solucionada. Em seguida, passou-se à leitura e apresentação das correspondências
40 recebidas: Foi informado o recebimento de parecer jurídico solicitado à Procuradoria Geral do Município
41 acerca solicitação de incineração de documentos do arquivo da assistência social. O parecer
42 fundamentou-se na legislação vigente, incluindo a Lei nº 8.159/1991, o Decreto nº 4.073/2002 e
43 resoluções do CONARQ, destacando que a incineração de documentos exige rigoroso processo de gestão
44 documental, com identificação, registro, digitalização e observância dos prazos legais de guarda, sendo
45 vedada a eliminação de determinados documentos. Informou-se que o processo demandará tempo para
46 sua correta execução. Foi recebido o Ofício nº 45/2025 do Fórum Estadual dos Usuários do SUAS,





47 solicitando apoio para a participação da representante municipal Maria Guedes no Encontro Regional da
48 FEUSUAS/SC e também o Ofício nº 50/2025, solicitando apoio para a Conselheira em questão, e
49 Coordenadora do FMUSUAS, participasse da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, na cidade de
50 Brasília, de 6 a 7 de dezembro de 2025. . Foi informado que, após análise junto à Secretaria Municipal de
51 Assistência Social, os pedidos não puderam ser atendidos em razão de contenção de gastos, ausência de
52 obrigatoriedade legal para custeio de participação na condição de observadora e impossibilidade de
53 empenho sem a designação de técnico responsável que nova conversa poderá ser realizada para reavaliar
54 possibilidades, considerando diferenças de datas de deslocamento. Ainda nas correspondências
55 recebidas, registrou-se o Ofício nº 89/2025ASDF, referente a informação de troca de Conselheiros no
56 Conselho. Comunicou-se alteração na representação de entidade, permanecendo inalterada a
57 conselheira titular e sendo indicada nova conselheira suplente, a Srª Gisele Coscodai. Das expedidas: Foi
58 expedido a aprovação do CMAS, do Formulário para habilitação e Plano de Aplicação para 2026; Ofício
59 Cir. nº 100/CMAS/2025 convocando a comissão de estudos para reunião extraordinária; Ofício nº
60 101/CMAS/2025 convocando as Comissões; Ofício nº 102/CMAS/2025 convocando as Comissões; Ofício
61 nº 103/CMAS/2025 enviado à Progem, solicitando parecer referente a deliberação do Fórum de OSC's
62 que propõe unificação de eleições dos Conselhos; Ofício nº 104/CMAS/2025 enviado à SMAS, solicitando
63 viagem para os delegados do Município de Lages, para participarem da 14ª Conferência Nacional de
64 Assistência Social; Ofício nº 106/CMAS/2025 enviado à SMAS, retificando o Ofício 0104, informando
65 valores, deslocamento e etc; Ofício nº 107/CMAS/2025 enviado à SMAS, solicitando apoio para
66 participação da Coordenadora do Fórum Municipal dos Usuários do SUAS – FMUSUAS, no Seminário
67 Regional dos Usuários do SUAS; Ofício nº 108/CMAS/2025 convocando os Conselheiros e Conselheiras
68 para a Plenária de Novembro. Passou-se, então, à pauta referente ao trabalho das comissões: Foi relatado
69 o andamento do processo de reordenamento das legislações do Conselho, considerando a necessidade
70 de adequação às resoluções nacionais vigentes, especialmente a Resolução CNAS nº 100/2023. Informou-
71 se que a comissão de estudos passou a se reunir semanalmente, com participação ampliada, incluindo
72 apoio jurídico e técnico do setor de Regulação da Secretaria Municipal de Assistência Social através da
73 colaboração da Assistente Social Bernadete. Destacou-se que o estudo aponta para mudanças estruturais
74 significativas, como a ampliação do número de comissões, redução do tamanho de cada comissão,
75 reativação de comissões específicas e alteração nas regras de quórum. Foram discutidas, ainda, mudanças
76 previstas quanto ao mandato dos conselheiros, que passará a ser de dois anos, com coordenação
77 alternada, bem como a reorganização da representação da sociedade civil, que passará a contemplar, de
78 forma equilibrada, organizações da sociedade civil, trabalhadores e usuários. Registrou-se que tais
79 alterações exigirão maior organização das representações e ajustes no funcionamento do Conselho.
80 Informou-se que o objetivo é concluir o estudo para apresentação e discussão em plenária,
81 preferencialmente até o final do ano, ou no início do próximo exercício. Foi destacada, também, a
82 exigência normativa de secretaria executiva exclusiva para o Conselho Municipal de Assistência Social, em
83 razão do porte do município e do volume de demandas, apontando-se a necessidade de diálogo com a
84 gestão municipal sobre o tema. Na sequência, foi apresentado parecer preliminar referente à solicitação
85 de inscrição do GRAARC no Conselho, no qual a comissão identificou a necessidade de esclarecimentos
86 administrativos e financeiros, bem como a realização de visita in loco, a ser agendada. Foram elencados
87 documentos e informações complementares a serem verificados, incluindo estatuto atualizado,
88 atividades registradas no CNPJ, indicadores de atendimento, fontes de recursos e situação da inscrição da
89 entidade em outros municípios. Registrou-se que foram realizados contatos com outros conselhos e com
90 o Conselho Estadual, sendo esclarecido que as inscrições devem ocorrer exclusivamente nos conselhos
91 municipais, conforme resolução do CNAS. Foi informado, ainda, através da secretária executiva, que
92 houve manifestação de interesse, ainda não formalizada, para inscrição de comunidade terapêutica no

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.

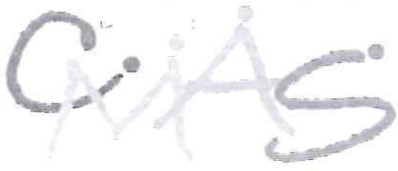


Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.



93 CMAS, sendo ressaltado que, conforme normativas do Conselho Nacional de Assistência Social, esse tipo
94 de instituição não deve ser inscrito no Conselho de Assistência Social, tema que poderá ser aprofundado
95 em momento oportuno. Dando continuidade, foram relatadas visitas institucionais realizadas no período
96 ao Banco de Alimentos e à Cozinha Comunitária. As visitas foram avaliadas de forma positiva, destacando-
97 se a organização, limpeza, controle dos alimentos, qualidade do atendimento, oferta de cursos de
98 capacitação e impacto social das ações desenvolvidas. Foram apontadas demandas relacionadas à
99 acessibilidade para pessoas com deficiência, estrutura física provisória da cozinha e padaria, necessidade
100 de adequação da rede elétrica e elaboração de projetos para captação de recursos. Ressaltou-se a
101 importância do serviço prestado, o volume significativo de atendimentos e a necessidade de
102 investimentos para ampliação e melhoria das estruturas. Foi relatado o contexto das visitas técnicas
103 realizadas aos equipamentos da política de segurança alimentar e nutricional, com destaque para a
104 panificadora e a cozinha comunitária. Informou-se sobre a necessidade de retomada e ampliação dos
105 cursos de panificação, uma vez que atualmente as atividades encontram-se limitadas em razão da
106 inexistência de estrutura adequada, sendo apontada a necessidade de uma panificadora com espaço físico
107 mais amplo e apropriado para o desenvolvimento das ações formativas. Na sequência, foi apresentado
108 relato da visita à cozinha comunitária, ocasião em que se verificaram dificuldades relacionadas à
109 acessibilidade, especialmente para pessoas com deficiência, uma vez que a rampa existente não atende
110 plenamente às normas técnicas, o que dificultou o acesso de usuária cadeirante ao local. Foi informado
111 que a gestão do equipamento é realizada por nutricionista responsável desde a inauguração do serviço, a
112 qual executa atividades administrativas, organização de pedidos, controle de higiene e limpeza,
113 destacando-se que o ambiente é limpo e bem organizado. Foi apresentada a composição da equipe da
114 cozinha comunitária, composta por nutricionista, quatro cozinheiras, um assistente social, dois serviços
115 gerais e dois jovens aprendizes. Informou-se que houve substituição recente do assistente social, fato que
116 impactou negativamente o fluxo de trabalho, conforme relatado pela coordenação do equipamento.
117 Registrou-se que o serviço atende o público referenciado ao CRAS IV, com fornecimento diário de
118 refeições, incluindo almoços e jantas, além da distribuição de marmitas, sendo parte delas destinadas ao
119 Centro POP, totalizando expressivo volume diário de atendimentos. Apontou-se preocupação quanto ao
120 descarte das embalagens utilizadas, especialmente marmitas de isopor, diante da ausência de definição
121 clara sobre o destino adequado desse material, considerando os impactos ambientais e o longo tempo de
122 decomposição. Foi registrado que essa preocupação já havia sido manifestada em visitas anteriores.
123 Ressaltou-se o comprometimento da equipe, atualmente composta integralmente por servidores
124 efetivos, o que foi considerado um avanço, especialmente no que se refere às cozinheiras. Contudo,
125 destacou-se o elevado nível de cansaço físico e emocional da nutricionista responsável, que atua no
126 equipamento há aproximadamente doze anos, em espaço físico cedido por entidade parceira, não sendo
127 estrutura própria do município, o que resulta em limitações estruturais, necessidade de manutenção,
128 pintura e adequações gerais. Foi relatado que a profissional manifestou desânimo e desgaste em razão
129 das constantes reivindicações por melhorias estruturais não atendidas, encontrando-se desacreditada e
130 solicitando transferência para outro setor, com vistas à preservação de sua saúde mental e física.
131 Registrou-se que, apesar de reconhecida como profissional de excelência, o esgotamento demonstrado
132 tem impactado sua motivação e produtividade. Destacou-se preocupação quanto à continuidade do
133 serviço diante de sua eventual saída, considerando sua longa permanência e conhecimento acumulado.
134 Foi informado que há encaminhamento em andamento para a substituição da profissional, com processo
135 em análise no gabinete do Executivo Municipal, bem como a necessidade de realização de transição
136 adequada entre as profissionais, a fim de garantir a continuidade e a qualidade do serviço. Também foram
137 mencionadas demandas relacionadas à necessidade de reforma do espaço físico, incluindo pintura,
138 manutenção geral e adequações de acessibilidade, já encaminhadas aos setores competentes,





139 reconhecendo-se, contudo, as limitações estruturais e de pessoal enfrentadas pela administração pública.
140 No debate, destacou-se a importância de registro dessas situações em relatório a ser encaminhado à
141 gestão municipal, como forma de subsidiar providências e apoio institucional. Foi avaliada, ainda, a
142 possibilidade de ampliação do serviço para outras regiões do município, com menção à intenção de
143 implantação de nova unidade de cozinha comunitária ou restaurante popular em região da área sul,
144 estando a proposta em fase de estudos. Informou-se que representantes realizarão visita técnica a
145 município referência, com banco de alimentos e restaurante comunitário modelo, para subsidiar futuras
146 decisões. Quanto ao Banco de Alimentos, informou-se sobre a abertura de editais vinculados ao Programa
147 de Aquisição de Alimentos, nas modalidades estadual e federal, com prazo para inscrições de agricultores,
148 a fim de viabilizar a continuidade do programa no exercício seguinte. Na apreciação do trabalho das
149 comissões referente ao mês de novembro, não havendo manifestações contrárias, o relatório foi
150 submetido à votação e aprovado. Na sequência, deliberou-se sobre a necessidade de diálogo institucional
151 com a gestão municipal acerca das dificuldades recorrentes relacionadas ao transporte para participação
152 de conselheiros nas plenárias, considerando que, embora haja disponibilidade de veículos, há limitação
153 de motoristas, especialmente para transporte adaptado. Ficou acordado o agendamento de reunião com
154 a Secretaria responsável, com participação da mesa diretora, para tratar do tema e de outras pendências.
155 Prosseguindo, foram apresentados dois editais de chamamento público para apreciação do Conselho,
156 referentes à contratação de organizações da sociedade civil para execução de serviços da proteção social
157 básica. O primeiro edital refere-se à execução do serviço de proteção social básica no domicílio para
158 pessoas com deficiência e suas famílias, com foco na prevenção de agravos, fortalecimento de vínculos
159 familiares e sociais, garantia de direitos e promoção da autonomia. O segundo edital trata da execução
160 do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos destinado a crianças e adolescentes de seis a
161 dezoito anos. Foi esclarecido que a abertura dos editais depende de aprovação do Conselho, em
162 conformidade com a legislação vigente. Após esclarecimentos, os editais foram colocados em votação e
163 aprovados. Na agenda livre, foi divulgado seminário regional promovido por entidade da sociedade civil
164 voltada à comunidade surda, destacando-se a importância da Língua Brasileira de Sinais e a necessidade
165 de ampliação da acessibilidade comunicacional nos serviços públicos e nos conselhos de direitos. Também
166 foi divulgada a realização de encontro regional de conselhos, em parceria com o Conselho Estadual, com
167 palestrante nacional, ressaltando-se os esforços realizados para garantir intérpretes de Libras no evento,
168 mesmo diante de limitações orçamentárias. A secretária executiva ficou incumbida de agendar reunião
169 com a Secretária de Assistência Social, para tratar dos assuntos mencionados pela Plenária. Nada mais
170 havendo a se tratar, o presidente José Amarildo Farias encerrou a reunião, e eu Flavia Roberta Oliveira
171 Mathias, Secretária Executiva lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será colada em livro
172 próprio de Atas deste Conselho, e arquivada na Casa dos Conselhos, situada na Rua Castro Alves, nº 23,
173 Centro, Lages.

174
175 - Camila Chaves de Freitas, Analia G. Duarte, João Gazzeolla
176 Fabiane Nunes
177 - Pádua Amélia Adami
178 Luiz Carlos Rieger, Karimi Naudar Maria Guedes
179 Paulokaralle, Rafael do Sítio Puro
180
181
182
183 Edmar M. Z. Cantunes Luis Felipe Stomare
184

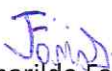




Conselho Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Assistência Social

185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197

Leonia Roberto Oliveira melencos, Rosibel da Silva Vargas Ferrira


José Amarildo Farias
Presidente do CMAS

